

PSDB e PFL têm metade dos votos do Conselho

Marcelo de Moraes

De Brasília

O depoimento da ex-diretora do Prodasen Regina Célia Borges deixou os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (PSDB-DF) em situação política delicadíssima, mas concretizar o processo de cassação é uma operação complicada. O Conselho de Ética, onde a acusação de quebra de decoro parlamentar dos dois senadores está sendo analisada, é formado por 16 senadores. O PFL, partido de ACM, tem cinco integrantes. O partido de Arruda, o PSDB, possui outros três. Uma aliança política entre os dois partidos para salvar a cabeça dos dois parlamentares poderia assegurar de saída metade dos votos disponíveis dentro do Conselho.

Todos os senadores sabem como o desenvolvimento do processo de uma cassação é delicado. Sobretudo, envolvendo figuras expressivas do Congresso, como Antonio Carlos e Arruda. A dificuldade política para uma cassação ficou clara durante o processo contra o ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF), que acabou provocando a violação do painel de votação do Senado, crime que hoje pesa sobre Arruda e ACM.

Na ocasião, apesar da gravidade das acusações sobre Estevão, envolvendo sua participação no esquema de superfaturamento das obras do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, o PMDB formou um escudo partidário para a defesa do senador. A cúpula do PMDB argumentava que Estevão somente deveria ser julgado no Senado depois que ficasse comprovada nas investigações do Ministério Público e da Polícia Federal sua participação no escândalo.

ACM e Arruda vão trabalhar para arregimentar o maior número possível de votos dentro do Conselho de Ética. A tese dos defensores de Antonio Carlos é que não há qualquer comprovação sobre as acusações feitas por Regina Borges contra o senador baiano. Segundo a ex-diretora do Prodasen, Arruda pediu a lista com os votos secretos da sessão de cassação de Estevão por ordem de ACM. "O depoimento dela é inconsistente", diz o senador carlista Waldeck Ornelas (PFL-BA). "Ela disse que Arruda fez o pedido em nome do senador Antonio Carlos. Mas na hora da entrega passou a lista para um assessor do senador Arruda. Não há qualquer evidência que o senador Antonio Carlos tenha feito esse pedido", alega.

Arruda também já começou a trabalhar para rebater a acusação de ter ordenado o processo

de violação do painel. Seu assessor Domingos Lamoglia é apontado por Regina Célia como o intermediário de Arruda no recebimento da lista de votação da cassação de Luiz Estevão. O assessor será ouvido hoje pelo corregedor geral do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), mas já soltou uma nota oficial negando ter mantido contatos com Regína e ter participado do escândalo. A estratégia de Arruda é negar até o fim seu envolvimento.

Dentro do Conselho de Ética todas essas argumentações serão levadas em consideração pelo relator do caso, senador Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ). No início, ele achava que o caso ia morrer logo, não tinha provas concretas, mas começa a mudar de opinião. Já admite que o caso pode levar à cassação dos dois senadores. A questão é que o processo de investigação não é imediato. Levará pelo menos 30 ou 40 dias para que Saturnino possa apresentar seu relatório. Antes disso, ACM e Arruda prestarão depoimentos e provavelmente será feita uma acareação dos dois senadores com Regina Borges.

A contagem de votos no Conselho de Ética é outro importante fator. O PMDB adoraria ver ACM cassado, tamanhas são as acusações que o senador baiano tem feito ao partido desde o ano passado. O partido também não morre de amores por Arruda, mas teme que sua cassação junto com a de ACM transforme o cenário político num grande caos, contaminando o governo federal e atingindo o senador Jader Barbalho.

O PMDB vai estudar a melhor maneira de usar seus cinco votos dentro do Conselho de Ética. Mas o presidente do Conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), descarta qualquer tentativa de acordo e acha que os dois casos são passíveis de cassação. "Eu não participo de nenhum acordo político nesse caso e não acredito que haja algo desse tipo. É um problema sérrissimo, que está mexendo com a opinião pública e o Senado não pode deixar de dar uma resposta. Se as acusações se confirmarem, o caso pode representar cassação", diz.

Além dos cinco votos do PMDB, dos cinco do PFL e dos três do PSDB, o Conselho de Ética tem ainda mais três votos do bloco de oposição. À exceção de Saturnino Braga, que ainda está formando sua opinião, os outros dois votos da oposição deverão apoiar a perda de mandato. Se for aprovado pelo Conselho de Ética do Senado, o processo de cassação segue para o plenário, onde terá que ser confirmado por pelo menos 41 senadores. Cada pedido de cassação é feito em votações separadas.